

SOS Ação Mulher e Família: relato de uma experiência de atendimento a mulheres e famílias no contexto da violência doméstica

Maíra Bonafé Sei¹
Universidade de Paulo

Elisa Corbett²
SOS Ação Mulher e Família

Resumo: A violência doméstica constitui-se em um fenômeno largamente estudado e debatido, mas ainda fortemente presente na nossa sociedade. Muito se discute acerca das causas e conseqüências do fenômeno, mas poucas são as propostas de ação descritas na literatura. Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar a dinâmica de funcionamento do SOS Ação Mulher e Família, uma organização não-governamental, fundada em 1980, localizada no município de Campinas. A instituição tem como objetivo o tratamento da violência doméstica, através de ações preventivas, socioeducativas e sócio-terapêuticas, além da reflexão e pesquisa acerca da questão de gênero e da violência. O funcionamento, de caráter interdisciplinar, propõe o atendimento na área jurídica, social e psicológica às mulheres e suas famílias. Percebe-se, nos 25 anos de prática, que muito se pôde evoluir na qualidade e abrangência do trabalho inicialmente proposto, restando, entretanto, ainda muito a se fazer, refletir e pesquisar.

Palavras-chave: mulher, família, violência, interdisciplinar

Introdução

A violência doméstica se configura como um fenômeno amplamente discutido, estudado e combatido em nossa sociedade, mas que, apesar dos esforços existentes, ainda se mostra fortemente presente, constituindo-se como um problema de saúde pública e dificultando o desenvolvimento social e econômico.

Enquanto conceito, Ruiz e Mattioli (2004) pontuam a dificuldade para definir com precisão o fenômeno da violência, em virtude de sua multideterminação, e da estreita ligação existente entre o pesquisador e a sociedade. De forma geral, a questão da agressão, dos maus-

¹ Psicóloga pela FFCLRP – USP; Especialista em Arteterapia pela USM; Mestre e Doutoranda em Psicologia Clínica pelo IP – USP; Colaboradora do SOS Ação Mulher e Família.

Endereço eletrônico: mairabonafe@hotmail.com.

² Psicóloga pelo IP – USP; Especializanda em Sexualidade Humana: Sexologia Clínica pela Escola de Extensão da UNICAMP; Colaboradora do SOS Ação Mulher e Família.

Endereço eletrônico: : ecorbett@ig.com.br.

tratos, da força física e de seu emprego são aspectos que marcam a significação da palavra violência.

Levando em conta estas considerações e reconhecendo a amplitude do território e da cultura brasileira, a opção é assumir, neste trabalho, a conceituação proposta pelo Ministério da Saúde, que define violência doméstica como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2001, p. 15). Pode ser cometida não apenas por familiares, mas também por outras pessoas que convivam no mesmo espaço doméstico, manifestando-se através de diferentes formas como a violência física, psicológica e sexual, e com vários graus de severidade. Corsi (1994) acrescenta que, para se definir uma situação como um caso de violência familiar, a relação de abuso deve ser crônica, permanente ou periódica.

Diversas são as conseqüências para aqueles implicados neste fenômeno. No caso das crianças, que são seres em desenvolvimento, observam-se seqüelas nos campos físico, social, comportamental, emocional e cognitivo (REICHENHEIM, HASSELMENN e MORAES, 1999), que variam conforme o tipo de situação vivenciada pelo indivíduo, a severidade, a frequência e a cronicidade dos episódios (JOURDAN-IONESCU e PALÁCIO-QUINTIN, 1997). Observam-se como possíveis conseqüências para mulheres vítimas de violência, no que se refere à área da saúde, o risco aumentado para dores crônicas, para DST e AIDS, doenças mentais, abuso de drogas, distúrbios físicos diversos, além de homicídio e suicídio, em casos extremos (FRANCISQUETTI, 1995).

Tendo em vista essas considerações, percebe-se a necessidade de intervenções que objetivem a interrupção do ciclo de violência que muitas vezes se instala na família, perpetuando este fenômeno através das gerações.

Entretanto, as intervenções a serem realizadas nesse campo devem abarcar a amplitude das manifestações clínicas e sociais demonstradas, já que a violência doméstica se apresenta como um fenômeno complexo. Tem-se, então, a necessidade de integração entre diversas áreas do saber, numa abordagem, no mínimo, multidisciplinar, de forma a se promover um melhor e mais eficaz atendimento às vítimas (ARAÚJO, 2002).

Cichetti e Toth (1995) abordam a questão da dificuldade de se encontrar trabalhos que tratem de possibilidades de intervenção junto às famílias que passaram por situações de violência, visto que grande parte dos estudos busca investigar os tipos, as causas ou as possíveis conseqüências que a situação pode acarretar.

Acredita-se que relevantes experiências práticas de atendimento têm sido desenvolvidas em nosso país, mas poucas são divulgadas mais extensamente principalmente em periódicos científicos, dificultando o diálogo entre prática e teoria. Desta maneira, este artigo objetiva não tecer considerações teóricas acerca do fenômeno da violência doméstica, mas discorrer sobre a experiência prática do SOS Ação Mulher e Família, que se constitui como uma instituição de atendimento a mulheres e famílias que viveram ou estão vivendo situações de violência doméstica, apresentando essa experiência de trabalho e fazendo breves considerações sobre a mesma.

Uma experiência de atendimento

As décadas de 1970 e 1980 foram caracterizadas pela eclosão de mobilizações contra a violência, que chegava a culminar no assassinato de mulheres, e pelo surgimento de serviços de atendimento à população de mulheres vítimas de violência (BRAGHINI, 2000, ARAÚJO, MARTINS e SANTOS, 2004).

O município de Campinas, no interior do Estado de São Paulo, foi um dos locais onde os movimentos feministas se faziam presentes, e um grupo de militantes acabou por fundar, em 1980, o SOS Ação Mulher e Família. Esta é uma organização não-governamental que tem atualmente como principal objetivo o atendimento à violência doméstica, através de ações preventivas, socioeducativas e sócio-terapêuticas, de maneira a promover um equilíbrio nas relações de gênero e incentivar o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

O início de suas atividades se deu através do trabalho voluntário de profissionais que se interessavam pela questão de gênero, estavam engajadas no movimento feminista, e se revezavam em plantões de atendimento. Buscavam, através do contato com essas mulheres, sensibilizá-las e conscientizá-las a respeito das questões de gênero envolvidas na violência doméstica, informá-las sobre a instituição, que representa um espaço onde estas podem repensar sua experiências e descobrir saídas por elas ignoradas (BRAGHINI, 2000).

A partir do ano de 1983, o SOS Ação Mulher e Família passou a receber apoio financeiro da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que arcava com despesas relativas ao aluguel da sede e à remuneração de duas profissionais. Em 1987, foi firmado um convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que previa o pagamento de despesas da instituição recebendo, em contrapartida, espaço para o desenvolvimento de estágios e pesquisa. Atualmente, a instituição mantém também parcerias com outras instituições e universidades, tais como a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, auxiliando na manutenção do serviço prestado à comunidade (BRAGHINI, 2000).

Diversos são os modelos possíveis de trabalho em equipe em instituições, tais como o multidisciplinar, quando há uma justaposição entre conteúdos de diferentes disciplinas, com diálogo paralelo entre as mesmas; o interdisciplinar, caracterizado pelo intercâmbio e real integração entre disciplinas; e o transdisciplinar, onde se ultrapassa a visão disciplinar ao direcionar o trabalho para finalidades que pertençam a todos (GARCIA, 2002). Para Day et al (2003), o modelo ideal para o trabalho no campo da violência doméstica é o transdisciplinar, através do qual se obtém resultados melhores no que concerne às vítimas, à família e à sociedade de maneira geral.

Neste sentido, Dohmen (1994) enfatiza a importância de a equipe técnica do serviço de atendimento possuir um marco teórico homogêneo e compartilhado por todos os integrantes, com o objetivo de definir adequadamente as estratégias e competências relativas a este atendimento, pontuando que a mesma seja composta minimamente por psicólogos, advogados e assistentes sociais. A consolidação deste trabalho requer, portanto, a criação de espaços de reflexão permanente sobre a violência doméstica e sobre o atendimento oferecido.

No caso do SOS Ação e Família, há proposta de atendimento interdisciplinar, com profissionais principalmente das áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social, mas também de áreas como Comunicação Social, Pedagogia e afins. As mulheres e famílias podem ser encaminhadas para a instituição através da Delegacia de Defesa da Mulher, do Conselho Tutelar, da Vara da Família, da Vara da Infância e da Juventude, dentre outros, ou também, chegar espontaneamente na instituição.

Considera-se um grande passo a busca por ajuda profissional nos casos atendidos pelo SOS, já que, como pontuam Araújo, Martins e Santos (2004), há mulheres que convivem com a violência durante anos, sem buscar saídas para a difícil situação vivenciada. São vários os motivos que sustentam tal condição, incluindo questões relativas à dependência financeira e emocional, ao medo de estar sozinha e, ainda, às idealizações quanto ao casamento e à constituição de uma família.

Dohmen (1994) salienta que a manutenção do vínculo intrafamiliar violento não é casual, nem é produto de uma estrutura relacional sadomasoquista, mas organiza-se pela submissão a um estado de paralisia progressiva adquirida pela vítima das agressões conjugais, na vivência recorrente do ciclo de violência. Este estado deve-se ao aprendizado, pela mulher, de que não pode deter a conduta de seu marido e que qualquer ação dela pode provocar um dano maior a si mesma ou a outros.

Pesquisa junto a mulheres usuárias de uma unidade de atenção primária à saúde mostrou que aproximadamente um terço das usuárias tinha sofrido alguma situação de violência doméstica, sendo que apenas pouco mais da metade percebeu o vivido como algo violento (SCHRAIBER et al, 2002). Essa porcentagem é também colocada por Day et al (2003), que pontuam que um terço das mulheres já sofreu algum tipo de abuso durante a vida, de maneira que a violência contra a mulher se configura como o tipo de abuso dos direitos humanos mais generalizado, mas também o menos reconhecido.

Assim, o acolhimento inicial ofertado à cliente que procura a instituição, reconhecendo sua situação e desejando alguma mudança, é essencial para sua permanência no serviço. No SOS Ação Mulher e Família, as mulheres são recebidas através da Entrevista de Admissão, sendo que, inicialmente, é feito um trabalho de sala de espera, que busca criar um vínculo com elas e esclarecê-las sobre os objetivos da instituição, situando-as em relação ao tipo de ajuda que receberão. A entrevista é realizada de forma individual, e visa diminuir a ansiedade da cliente, encaminhá-la aos serviços disponíveis e criar um espaço de escuta às suas demandas.

O passo seguinte é integrá-la ao grupo denominado Módulo I, que ocorre em um dia anteriormente agendado, e tem como objetivo o esclarecimento de questões gerais de Direito de Família, das relações entre gênero e violência e da forma de trabalho da instituição, acolhendo-a, sensibilizando-a, e encorajando-a a manter-se no programa.

Em um terceiro momento, a cliente é convidada a participar do Grupo de Acompanhamento, que se configura como um grupo terapêutico interdisciplinar, contando com uma psicóloga, uma advogada e uma assistente social. Neste trabalho, propõe-se caminhar ao lado da mulher no difícil processo em busca de mudanças e transformação no contexto de violência.

No que concerne à questão do atendimento grupal, pode-se citar Moreira (1999), que pesquisou a indicação de grupos de encontro como uma forma de atendimento a mulheres vítimas de violência e percebeu que, através de uma intervenção breve, é possível obter ganhos no sentido de construir estratégias de superação da situação de violência, com as mulheres sentindo-se mais fortes e autônomas. Contudo, a pesquisadora pontuou a importância de que o grupo seja de natureza fechada, para que os conteúdos possam ser aprofundados e melhor trabalhados, já que nos grupos abertos tem-se um recomeço a cada encontro. Em seu trabalho, Moreira (1999) conclui que o grupo de encontro é uma modalidade de intervenção que deve ser incentivada e melhor pesquisada, tal como é buscado no trabalho do SOS Ação Mulher e Família.

Durante e após o Grupo de Acompanhamento, a mulher e sua família passam a dispor, conforme interesse demonstrado pela cliente, de: atendimentos jurídicos no campo do Direito de Família, que inclui ações como separação judicial, dissolução de união estável, guarda de filhos e pensão alimentícia; atendimentos sociais; cursos de capacitação profissional, oferecidos dentro do próprio espaço da instituição e abertos para a comunidade; grupo de atendimento a alcoolistas; e, também, atendimentos psicológicos, que podem ser realizados individualmente ou em grupo, com a mulher, a criança, a adolescente, o casal e a família.

As crianças e os adolescentes podem ser atendidos mesmo quando não são as vítimas diretas da violência, por se reconhecer a necessidade de os mesmos encontrarem espaço de não julgamento, para livre expressão de sentimentos acerca de cada um dos pais (PELED, 1998). Almeja-se a inclusão, na instituição, do parceiro da mulher e, para tanto, foram criados projetos de terapia de casal ou de família e situações outras quando o mesmo é convidado para integrar atividades desenvolvidas no local.

Atualmente, a capacidade de atendimento da instituição é de 150 casos ao mês, atingindo, no ano de 2004, 1004 usuárias, sendo 833 casos recebidos no referido ano, somados aos 171 que já estavam em atendimento.

Algumas reflexões

Ao se refletir acerca dos atendimentos prestados, observa-se que parte da demanda pode ser redirecionada já no momento da entrevista de admissão, quando a mulher é acolhida, mas, ao mesmo tempo, esclarecida quanto aos limites e alcances do trabalho oferecido na instituição. Nota-se que a clientela busca uma solução rápida, limitada ao âmbito jurídico, impossível de ser realizada; e renegam a importância da questão psíquica na manutenção ou na repetição da situação de violência. A integração entre diversas áreas do saber é essencial, já que “os instrumentos jurídicos, o sistema de proteção e o sistema punitivo não têm conseguido diminuir a incidência da violência ou amenizar seus efeitos” (BRASIL, 2001, p. 27).

Esta busca, por parte da cliente, de que a lei social solucione a violência que ela tem vivido, reflete também seu sentimento de impotência diante da situação. Torna-se vital, assim, um trabalho de sensibilização, conscientização, fortalecimento e resgate da capacidade desta mulher para estabelecer vínculos afetivos mais harmônicos, de forma que, usando dos

recursos sociais, ela possa se responsabilizar pela solução dos problemas, e evitar um novo relacionamento abusivo.

Tendo em vista a dificuldade de a mulher deixar o parceiro abusador (ARAÚJO, MARTINS e SANTOS, 2004), objetiva-se oferecer alternativas à situação familiar, seja pela instrumentalização da mulher no âmbito profissional, buscando sua independência financeira, ou através de tentativas de reconstrução do espaço doméstico, atendendo-se os demais familiares. Estas iniciativas têm se mostrado frutíferas e pertinentes, alcançando-se resultados mais duradouros.

No que concerne mais especificamente ao Grupo de Acompanhamento, seria um espaço de reflexão e partilha das próprias experiências, onde as participantes podem perceber que não estão sozinhas, apesar das dificuldades. Entretanto, a adesão a esse tipo de atendimento nem sempre é significativa ou espontânea, situação também percebida por Ferreira et al (1999), que a relacionam ao fato de o atendimento psicológico não oferecer resposta imediata às demandas da cliente. Como alternativa, atrela-se o atendimento jurídico individual à frequência nestes grupos, onde podem inclusive ter notícias do andamento de seus processos, reduzindo a necessidade de atendimentos individuais.

Além disso, devido ao fato de o grupo ter um caráter mais aberto, com as clientes podendo ingressar no grupo em momentos diversos, tem-se um trabalho psicoterapêutico não tão aprofundado, que nem sempre consegue trabalhar as motivações inconscientes para o envolvimento e a manutenção em relações violentas. O que há é um espaço de troca de experiências, facilitado pelas profissionais presentes em cada encontro (MOREIRA, 1999). Entretanto, este intercâmbio pode ser visto como não tão íntimo e o envolvimento e o comprometimento não tão fortes quanto aqueles esperados para um trabalho efetivo, sendo observada uma certa descontinuidade em determinados momentos. Na atual situação, faz-se necessária, portanto, uma reavaliação do próprio grupo de acompanhamento, buscando a formação de um vínculo maior entre cliente e instituição, e entre as próprias participantes do grupo, a fim de permitir o aprofundamento do trabalho e a criação de uma rede de apoio pelas mulheres, facilitando sua caminhada mesmo nos momentos em que não puderem estar na instituição.

O íntimo intercâmbio entre os saberes, necessário também para o desenvolvimento de uma abordagem que saia do multidisciplinar e objetive um método transdisciplinar, importante para o sucesso da intervenção proposta (DAY et al, 2003), também é algo a ser melhor pensado e implementado na instituição. A equipe fixa e remunerada mostra uma grande troca de experiências, apresentando-se integrada, mas, como uma significativa parte do corpo de profissionais da instituição é formada por colaboradores/voluntários, pouco tempo resta para esse necessário diálogo entre todos. Este fato já foi percebido pela coordenação, que busca estratégias para um melhor andamento dos serviços prestados à clientela atendida.

A instituição encontra-se, assim, em constante processo de mudança e adaptação às necessidades e demandas do momento. Busca-se sempre aprimorar o atendimento prestado e a compreensão que se tem do fenômeno. Nesse sentido, pode-se pontuar que ela avançou muito, já que foi possível uma desmitificação da díade homem versus mulher, com o primeiro como vilão e a segunda como vítima, visão substituída por uma compreensão mais global da família, onde cada parceiro e integrante do grupo se complementa e influencia mutuamente.

De forma geral, essa mudança gerou uma melhoria na qualidade do serviço prestado, ampliação da capacidade e abrangência do atendimento.

Por fim, pensa-se que a ampliação e melhoria do diálogo entre práticos e teóricos é, sobretudo, o que se espera através de relatos como esse, em busca de contribuições mútuas que enriqueçam o contato humano com as clientes, em intervenções fundamentadas e eficazes.

SEI, M. B.; CORBETT, E. SOS Ação Mulher e Família (S.O.S Women and Family): report of an experience on counseling of women and their families in the context of domestic violence. *Revista de Psicologia da UNESP*, n 2, p. 51-58, 2003.

Abstract: *Domestic violence is a broadly studied and debated phenomenon, but it still very present and common in our society. The causes and the consequences of the phenomenon are discussed, but the proposals for action are rarely described on literature. Thus, this paper aims to briefly presenting the dynamics of functioning of SOS Ação Mulher e Família, a non-governmental organization, founded in 1980, located in Campinas. The goal of this institution is the treatment of domestic violence, through prevention, social-educational and social therapeutic interventions as well as the reflection and research about issues on gender and violence. The functioning, which is interdisciplinary, includes support on juridical, social and psychological subjects to the women and their families. It has been noticed that along these 25 years of practice, the quality and the scope of the work initially proposed has grown, although we realize that there are still a lot of things to be done, reflected and researched.*

Keywords: *woman, family, violence, interdisciplinarity*

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.
- ARAÚJO, M. F., MARTINS, E. J. S. e SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F. e MATTIOLI, O. C. *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.
- BRAGHINI, L. *Cenas repetitivas de violência doméstica: um impasse entre Eros e Tanatos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- BRASIL. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Secretaria de Política de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

- CICHETTI, D. e TOTH, S. L. A. A developmental psychopathology perspective on child abuse and neglect. *Journal of American Academy and Adolescent Psychiatry*, v. 34, n. 5, p. 541-565, 1995.
- CORSI, J. *Violencia familiar: una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- DAY, V. P., TELLES, L. E. B., ZORATTO, P. H. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, supl.1, p.9-21, 2003.
- DOHMEN, M.L. Abordage interdisciplinario del síndrome de la mujer maltratada: processo secuencial. In: CORSI, J. *Violencia familiar: una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- FERREIRA, A. L., GONÇALVES, H. S. MARQUES, M. J. V. e MORAES, S. R. S. A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 123-130, 1999.
- FRANCISQUETTI, P. P. S. N. Saúde mental e violência: considerações acerca do atendimento em saúde mental a mulheres em situação de violência. In: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. *Saúde das mulheres: experiência e prática*. São Paulo: O Coletivo, 2000.
- GARCIA, M. R. C. Teorias e técnicas de atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A. e VECINA, T. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.
- JOURDAN-IONESCU, C. e PALACIO-QUINTIN, E. Effets de la maltraitance sur les jeunes enfants et nouvelles perspectives d'intervention. *Psychologie Française*, n. 42-3, p. 217-228, 1997.
- MOREIRA, V. Grupo de encontro com mulheres vítimas de violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, v. 4, n. 1, p. 61-77, 1999.
- PELED, E. The experience of living with violence for preadolescent children of battered women. *Youth & Society*, v. 29, n. 4, p. 395-430, 1998.
- REICHENHEIM, M. E., HASSELMANN, M. H. e MORAES, C. L. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.
- RUIZ, J. M. e MATTIOLI, O. C. Violência psicológica e violência doméstica. In: ARAÚJO, M. F. e MATTIOLI, O. C. *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.
- SCHRAIBER, L. B., OLIVEIRA, A. F., FRANÇA-JUNIOR, I. e PINHO, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.